

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO



Relatório de Actividades e Contas 2012

Confederação Portuguesa das Colectividades

Algueirão - Mem Martins

02 Março 2013

Índice:

Introdução	3
1. Relações institucionais e processo de valorização associativa	4
2. Estruturação e organização associativa	6
3. Formação, qualificação, estudos, projectos e parcerias	8
4. Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se!	12
5. Jogos tradicionais, a nós o que é nosso	13
6. Fado Património Imaterial da Humanidade	14
7. Comunicação, informação e imagem	15
8. Sustentabilidade financeira do movimento	17
9. Representações	18
10. Acção e Luta contra a Extinção de Freguesias.....	20
11. Relações externas	21
12. Dia Nacional das Colectividades e 88º aniversário	22
13. Ano europeu do envelhecimento activo e da solidariedade entre gerações.....	23
14. Organização Interna e Recursos Humanos.....	24
15. Preparação do processo eleitoral	27
16. Notas finais.....	27

Anexo: Contas do exercício Janeiro/Dezembro 2012

Introdução

O ano de 2012 foi, para todos os efeitos, o último ano de mandato. Pode por isso afirmar-se que se tratou do ano em que se deviam concretizar todas as premissas que estavam previstas no Programa de Acção 2010/2013, para que se cumprissem os compromissos assumidos.

Temos a consciência que muitos dos objectivos não dependiam de nós. Outros dependiam exclusivamente de nós e não tivemos capacidade para os cumprir. No primeiro caso, fizemos tudo o que era humanamente possível fazer e de acordo com os recursos humanos e condições disponíveis, obtivemos significativos resultados que estão à vista de todos. No segundo caso, enfrentámos dificuldades que não esperávamos, como foi o caso da desistência de alguns colegas que, por razões da sua vida profissional, pessoal ou razão desconhecida, não cumpriram com o mínimo que era espectável.

Por outro lado, as condições socioeconómicas e mesmo políticas que o país vem atravessando, não contribuíram em nada para o reforço do associativismo, pelo contrário. As políticas públicas resultantes das imposições da Troika e aceites pelo governo português, tiveram profundo reflexo na vida associativa. O aumento das rendas e o risco de despejos; o aumento do IMI para as colectividades com sede própria e sem Estatuto de Utilidade Pública; o agravamento da carga fiscal sobre as actividades estatutárias e a aplicação da facturação electrónica em Janeiro 2013; o agravamento do custo de vida com reflexo nas despesas correntes das colectividades; a redução de receitas nas actividades estatutárias e conseqüentemente nos bares e locais de convívio; as dívidas das autarquias pela imposição da lei do compromisso, relegando as colectividades para o fim da lista de credores; a recusa do direito das prestações sociais aos dirigentes; o agravamento das condições laborais que dificultam as disponibilidades dos dirigentes para a actividade associativa é, entre outros aspectos, condicionadores do nosso movimento.

Como se pode ver, são problemas mais gerais da sociedade que se reflectem no associativismo e que só terão resolução no associativismo quando estiverem resolvidos na sociedade. Cabe a cada um de nós, lutar para a sua resolução.

O ano de 2012 ficou ainda assinalado como o ano em que se fizeram vários avanços no processo de estruturação e recuperação de quotas, particularmente nos distritos de Lisboa,

Setúbal e Santarém graças a um esforço de meios humanos e financeiros da Direcção que decidiu tomarem em mãos o processo de recebimento de quotas naqueles três distritos.

As comemorações do Dia Nacional das Colectividades e do aniversário da Confederação em Almada, foram um momento alto pela iniciativa que reuniu várias figuras destacadas da sociedade portuguesa.

A formação e qualificação, aos vários níveis, atingiram patamares elevadíssimos, sendo de destacar a conclusão da 2ª edição do Q3 e a apresentação de uma nova candidatura para as regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve e a conclusão da licenciatura dos nossos colegas que frequentaram e concluíram com êxito Psicologia Comunitária no ISPA.

Tivemos a oportunidade de apresentar o Manual do Dirigente Associativo, que constitui um importante passo no apoio técnico-jurídico dos dirigentes, tendo sido apresentado com a participação dos autores – Maria João Santos e Sérgio Pratas, praticamente em todo o país.

A conclusão do processo de negociação do protocolo com a SPA ao fim de três anos, é assinalável e a todos os títulos de destacar.

Não obstante as dificuldades, podemos afirmar - sem correr o risco de irrealismos - que o ano de 2012 foi um ano em que a Confederação viu atingidos alguns dos objectivos que perseguia há anos e que se atingiram desta forma muitos dos objectivos associativos que estavam previstos no Programa de Acção aprovado no Congresso de 2010.

1. Relações institucionais e processo de valorização associativa

Tal como preconizávamos no PAO - Plano de Actividades e Orçamento 2012, a Direcção, em colaboração com os restantes órgãos sociais, desenvolveu um conjunto de iniciativas com vista ao reconhecimento e cumprimento da lei 34/2003 de 22 de Agosto. Fez contactos institucionais com todos os Grupos Parlamentares, Presidência da AR, tendo sido recebida pela Comissão de Educação e Cultura em audiência, Presidente do CES – Conselho Económico e Social, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Secretário de Estado da Cultura, Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social e Secretário de Estado do Desporto e Juventude.

Deste conjunto de contactos, resultou a indicação de uma assessora da SEPCM que passou a reunir connosco semestralmente. Resultou a integração na nova composição do CND, inclusive na Comissão Permanente daquele órgão, de acordo com o Decreto-lei 266-A 2012 de 31 Dezembro. Resultou a inclusão no CNES – Conselho Nacional para a Economia Social, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros 103/2012 de 7 Dezembro, tendo sido eleito, por proposta do Ministro Pedro Mota Soares, para a Comissão Executiva daquele órgão a 12 de Dezembro, em reunião onde participou o Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho.

Este reconhecimento, deve-se certamente ao processo de luta que vimos travando com os vários governos nos últimos 9 anos – abaixo assinados, moções, cartas, comunicados, posições públicas, greve de fome de dois colegas - mas também ao empenhamento de alguns colegas que, através de contactos que têm nos vários partidos políticos, se empenharam em defesa dos interesses do nosso movimento. Nos Conselhos Nacionais, por várias vezes foi feita a referência esta forma de intervir e sabemos que os colegas se empenharam nesses contactos.

Factores como a participação na Comissão Nacional de Acompanhamento ao Ano Europeu do Voluntariado em 2011 e a designação do presidente da Confederação como Embaixador do Plano Nacional da Ética no Desporto, poderão igualmente ter contribuído para a visibilidade da nossa instituição. Podemos concluir que a conjugação dos contactos institucionais, os contactos informais e sobretudo as iniciativas públicas, foram fundamentais para obtermos este reconhecimento.

Por outro lado, junto de parceiros que já se encontravam nestes órgãos de consulta, desenvolvemos contactos de forma a sensibilizá-los para a nossa situação. São os casos do Comité Olímpico e da Confederação do Desporto de Portugal no que respeita ao CND e da CASES e CONFECOOP no que respeita ao CNES. A estas instituições fica o nosso reconhecimento.

Desenvolvemos ainda contactos institucionais com a ANAFRE e com a ANMP, tendo mesmo apresentado propostas de Protocolos de cooperação aos quais ainda não obtivemos resposta. No caso particular da ANAFRE, considerando a medida do governo de fusão/extinção de freguesias, contra a qual nos pronunciamos desde o princípio, manifestámos e demos o nosso apoio concreto em momentos decisivos como a Manifestação Cultural de dia 31 de Março em

Lisboa, intervenção no 2º Encontro Nacional de Freguesias em Setembro/Matosinhos e na Concentração em Belém/Lisboa em Dezembro.

No fundamental, a Confederação interveio em todos os casos pontuais como foi o caso da recusa dos Centros de Emprego de atribuição de subsídios de desemprego, RSI e outras prestações sociais a Dirigentes Associativos, através da rápida intervenção junto do MSSS, mas também sobre questões de fundo e estratégicas para o MAP.

A importância dada pelo estudo do INE no que respeita à Conta Satélite, e os dados que reflectem o peso das colectividades (50,3%) do total do Terceiro Sector, terão igualmente pesado na decisão do governo em incluir-nos naqueles importantes órgãos de consulta.

O saldo final das acções desenvolvidas pode ser considerado positivo e mesmo histórico nos últimos anos.

Por fim, podemos destacar o facto de termos conseguido chegar a acordo com a SPA – Sociedade Portuguesa Autores ao fim de três anos de negociações. A mais-valia do protocolo que agora passa a vigorar, é o facto de passarmos a ter um instrumento onde ficam claras as responsabilidades das partes e as vantagens de ser associado na Confederação.

2. Estruturação e organização associativa

Os Órgãos Sociais da Confederação mantiveram um funcionamento regular e bastante intenso, não obstante as dificuldades sentidas por alguns colegas por razões de ordem profissional e mesmo financeira.

Ainda assim, o Conselho Nacional reuniu três vezes, sendo uma delas extraordinária (30 Junho) em Coimbra, sendo consensual que este CN se deveria repetir uma vez que a proximidade dos CNs ordinários (Dezembro e Março) deixa o CN muito tempo sem reunir.

Por sua vez, a Direcção, reuniu 35 vezes, sendo 27 em Direcção Executiva e 8 em Direcção Nacional. A participação, sendo desigual, no fundamental assegurou o funcionamento regular e regimental, tendo tomado as decisões geralmente por consenso.

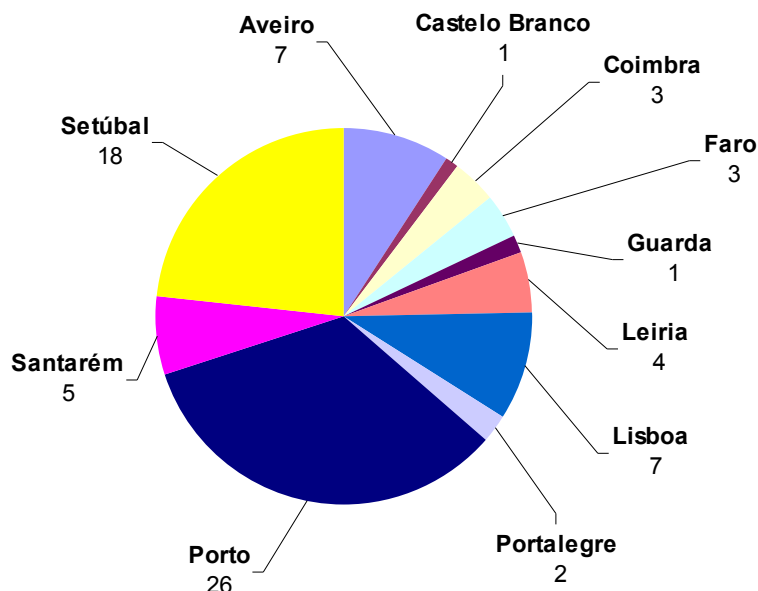
A Estruturação e a Organização Associativa é uma área importante no plano geral do trabalho da Confederação. Por isso, deve ser encarada por todos os órgãos sociais, nomeadamente a Direcção e o Conselho Nacional, como uma tarefa prioritária.

Para a constituição efectiva das Associações Concelhias e das Federações Distritais, nos respectivos Concelhos e Distritos, é necessário aumentar o número de Federadas, para dar mais força e dinâmica à intervenção associativa local e nacional. Por isso, é também fundamental o recrutamento de novas federadas.

A Estruturação e a Organização Associativa é um "PILAR" importante para o desenvolvimento integrado e sustentado do Movimento Associativo como um todo, e continua a assentar nos seguintes patamares: Federações Distritais, Associações Concelhias e Colectividades "ELO". Neste contexto e de acordo com estes pressupostos, o trabalho desenvolvido durante o ano de 2012, ficou muito aquém do esperado, tendo em conta o plano de actividades aprovado. Assim, o trabalho realizado nesta área foi o seguinte:

Filiaram-se mais 77 Colectividades/Associações.

(Distribuição de novas Filiadas em 2012 por Distrito)



Foram eleitos os órgãos sociais da Federação das Colectividades do Distrito de Aveiro no dia 26 de Maio, cuja posse decorreu no dia 8 de Junho.

Foi constituída a Associação das Colectividades do Concelho do Barreiro, no dia 29 de Junho, cujas eleições decorreram no dia 22 de Setembro e a tomada de posse no dia 27 de Setembro.

Foi constituída a Comissão Instaladora da Federação das Colectividades do Distrito de Coimbra no dia 13 de Outubro, a Comissão Instaladora da Federação das Colectividades do Distrito de Faro no dia 13 de Outubro e a Instalação da Federação das Colectividades do Distrito de Évora no dia 10 de Novembro.

3. Formação, qualificação, estudos, projectos e parcerias

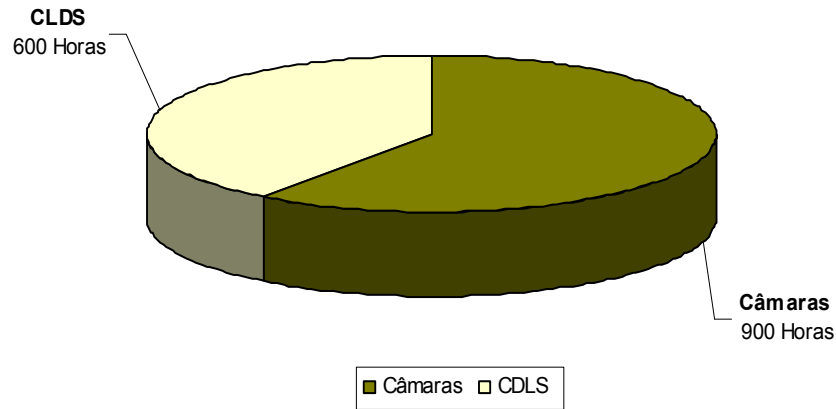
A CPCCRD assumiu, em 2012, a Formação e Qualificação dos Dirigentes e Activistas Associativos como estruturante para uma intervenção mais eficaz e eficiente.

Nesse pressuposto configurámos e operacionalizámos um Plano Nacional de Formação e Qualificação Associativa (PNFQA), com diferentes níveis e vários objectivos, onde a formação associativa ganhou mais representação positiva e maior apropriação enquanto componente da vida associativa, cívica, pessoal e profissional. O enfoque na sua consolidação definiu prioridades no domínio da Formação Geral Associativa.

Demos sequência à dinâmica dos protocolos com as autarquias e estruturas, alargando os conteúdos de oferta, adaptados às necessidades emergentes e manifestas, mantendo o modelo de seminário formativo (8 horas). Conseguimos aumentar tanto o volume de formação protocolada, 900 horas, como a própria receita, que registou um acréscimo de cerca de 49% não obstante a cessação de três protocolos (Lourinhã, Madalena e Vidigueira). Para este resultado contribuiu o desenvolvimento de um protocolo, pontual, com o Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) de Coruche, materializado em parceria com a AEP, no total de 6 módulos com um volume de 600 horas de formação (22 formandos X 25 horas de formação).

Mantêm-se para decisão Almada e Coruche e está a aguardar despacho Lisboa;

(Protocolada)

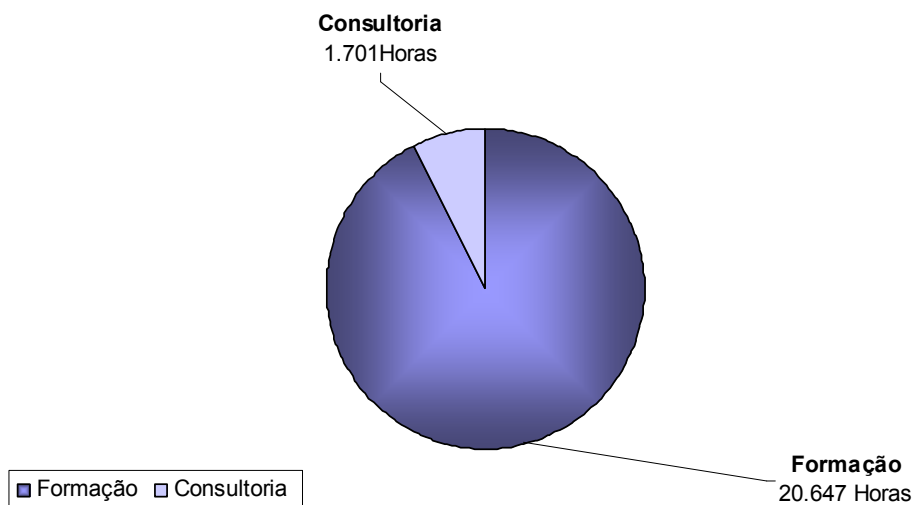


Celebrámos um protocolo com a Academia de Colectividades do Distrito do Porto, visando a agilização do sistema formativo no Norte;

Celebrámos um novo protocolo para a área da formação com o INOVINTER, que permite responder a necessidades formativas em zonas que não estejam abrangidas pelo QREN.

Concluámos a segunda fase do projecto Q3 – Qualificar é Crescer - Parceria/Qualificação para o 3º Sector, cujos resultados afirmam a valorização das entidades envolvidas. No âmbito do Q3 concretizámos um volume global de 20. 647 horas de formação e 1701 horas de consultoria;

(Q3- Qualificação para o 3º Sector)



Demos novos conteúdos à Parceria Q3, com o Projecto Q3.e.u., de natureza transnacional, aprovado em 2011, que permitiu replicar algumas das nossas práticas e afirmar a importância da CPCCRD na Economia Social;

Apresentámos quatro candidaturas ao POPH, também enquadradas na Parceria Q3 à medida 3.1.2. para as regiões Alentejo, Centro e Norte e à medida 8.2.1 para a região do Algarve todas aprovadas. Contudo, o seu início ocorrerá em 3-01-2013 e terminará em 30-06-2014. Esta candidatura permite intervencionar 28 entidades, 7 por região;

Ensino Superior (ES):

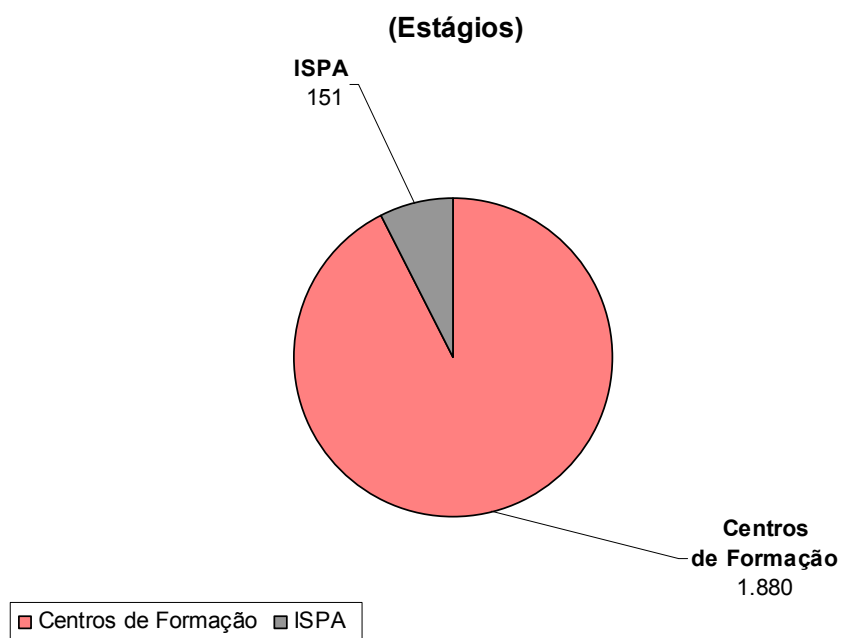
Incrementámos os contactos com instituições do ES, fortalecendo a cooperação, que permitiu alargar a um maior número de áreas e especialidades do saber, com protocolos e candidaturas maiores de 23 anos, particularmente nas áreas de História, Artes e Espectáculos, Comunicação e Cultura, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, Consultoria e Gestão das Organizações;

Acolhemos, em parceria com a Universidade Católica do Porto, uma mestranda que desenvolveu um mestrado em Economia Social, com o tema “Valor Económico do Trabalho Voluntário Desenvolvido nas Colectividades de Cultura Recreio e Desporto”. Está terminado, entregue, aguarda discussão e avaliação;

Estágios:

Alargamos o papel da Confederação como entidade acolhedora de Estagiárias/os, recebendo duas estagiárias da Escola Bento de Jesus Caraça, duas da Gustavo Eiffel, e dois da Citeforma, com 1.880 horas de trabalho com competências especializadas que em muito ajudaram a CPCCRD, muito particularmente na iniciativa “*Tributo do Fado ao Associativismo*”, realizada na “*Voz do Operário*”.

No âmbito da Licenciatura em Desenvolvimento Comunitário, estagiaram dois finalistas que assim concluíram o relatório de estágio final e, conseqüentemente, a licenciatura. Foram eles, os colegas, Artur Martins e Luís Costa.



Estudos e projectos:

Continuámos a trabalhar no sentido de dotar a acção do MAP com legitimidade, também, científica. Assim, concluímos o projecto de colaboração com o ISPA sobre Liderança Associativa. No domínio do projecto com o ISPA, foram desenvolvidas 1.600 horas de formação superior com os dirigentes envolvidos na Licenciatura em Desenvolvimento Comunitário, concluído este ano lectivo;

Demos continuidade aos objectivos inseridos nos protocolos com a ISLA, onde realizámos, no estabelecimento de Leiria, 8 horas de formação, no âmbito de um mestrado “Associativismo

Popular, factor de desenvolvimento Social, Económico e Cultural “ e Universidade Católica – Porto, para oferta de formação superior aos dirigentes e activistas da região centro e norte.

Demos alguns passos para o desenvolvimento do projecto sugerido pelo Montepio Geral destinado às crianças sobre o que é o associativismo e para que servem as associações, possuindo neste momento os conteúdos, e estando a concluir as questões gráficas com a preciosa colaboração de um dos melhores desenhistas portugueses – José Ruy.

Apoiámos a publicação e divulgação do Manual para Dirigentes Associativos da autoria dos colegas Sérgio Pratas e Maria João Santos, através de 11 iniciativas em Lisboa, Almada, Rio Maior, Loures, Seixal, Mirandela, Batalha, Palmela, Barreiro, Setúbal e Alcochete, com a participação dos autores.

Avançámos, na configuração dos Projectos EMA e PEJADA, estando este último numa fase exploratória e de apresentação a vários parceiros.

Ainda referente aos protocolos, aprofundámos as relações com a CPPME, estrutura representativa, a nível nacional, das Micro Pequenas e Médias Empresas. Realizámos um grande Encontro/Debate sobre Propostas dos Agentes Económicos e Sociais e o Orçamento de Estado para 2013, com a presença do Professor Doutor João Ferreira do Amaral, onde foram abordados temas de interesse para a Economia Social e para a Economia Produtiva, no contexto de discussão do O.E. para 2013. Na sequência deste debate e face a uma resolução no mesmo aprovada, a CPCCRD participou numa Conferência de Imprensa, realizada em Lisboa, no Café Nicola, e numa Vigília frente ao Ministério da Economia, justamente sobre os aspectos mais gravosos para a Economia produtiva e social, contidos no O.E.

4. Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se!

O Projecto Agita, apesar de continuar a não ter qualquer tipo de apoio governamental ou outro, continuou a constituir uma imagem de marca e de referência para as Secções de Marcha, registando-se semanalmente diversas caminhadas envolvendo centenas de participantes por todo o País, de acordo com os relatórios recebidos pela Confederação.

No que competia à responsabilidade directa da Confederação, dos objectivos previstos no PAO nem todos foram cumpridos.

Promoveu-se a Marcha Agita em Amora-Seixal, no dia 11 Novembro, que contou exactamente com 150 participantes, seguida de um piquenique convívio no parque do Serrado. No mesmo dia realizou-se o Fórum Agita nas instalações do Clube Recreativo da Cruz de Pau, que contou com a presença dos Presidentes da Fundação Portuguesa de Cardiologia, Junta de Freguesia de Amora e da Colectividade acolhedora.

O fórum constitui um belo momento de debate sobre a dicotomia Actividade Física/Alimentação Saudável, mercê da experiência e sabedoria demonstrada pelo Dr. Manuel Carrageta, Presidente da F. P. Cardiologia, que entusiasmou e envolveu os participantes.

No âmbito do protocolo existente entre a Confederação e a Mútua dos Pescadores, firmou-se um acordo entre as duas instituições para o estabelecimento de seguro de grupo a custos muito favoráveis para os caminhantes, do qual diversas Secções de Marcha estão já a usufruir.

Visando a reapreciação da validade do Projecto e a necessidade de apoio para o seu desenvolvimento, apresentámos à nova Direcção do IDPJ a candidatura do Agita, esperando-se o parecer daquele Instituto.

5. Jogos tradicionais, a nós o que é nosso!

O Projecto Jogos Tradicionais – a nós o que é nosso! Vai para a 6ª edição. Depois de 5 edições onde foram praticamente atingidos todos os objectivos previstos, coloca-se uma nova oportunidade destes jogos terem o apoio do IPDJ, enquadrado no âmbito das políticas públicas do “Desporto para Todos “ daquele instituto.

Na cooperação com a Fundação Portuguesa de Cardiologia, a Confederação das Colectividades, com a colaboração da Federação das Colectividades do Distrito de Lisboa estiveram no terreno com os Jogos Tradicionais, no mês de Maio – Mês do Coração, nos dias 10, 11, e 12 no Estádio Universitário de Lisboa, e no dia 26 Maio no espaço interior no Alegro de Alfragide.

A Confederação dispensou todo o apoio logístico solicitado pela Federação das Colectividades do Distrito de Santarém para a realização dos Jogos Tradicionais – V Convenção Nacional realizados nos dias 29 e 30 de Setembro em Santarém e Rio Maior.

A convite do IPDJ, I.P., estivemos presentes com os Jogos Tradicionais no evento PORTUGAL MAIOR – Encontro Internacional para o envelhecimento Activo, realizado nos dias 7, 8 e 9 de Dezembro na FIL – Feira Internacional de Lisboa, com a colaboração da Federação das Colectividades do Distrito de Lisboa e as Associações de Colectividades dos Concelhos de Lisboa e Loures.

No mês de Dezembro foi entregue no Instituto Português do Desporto e Juventude a Candidatura do Projecto de Desenvolvimento Jogos Tradicionais 2013/2015

6. Fado Património Imaterial da Humanidade

No âmbito da intervenção da Confederação no processo de Candidatura do Fado a Património Imaterial da Humanidade, e do protocolo subscrito com o Museu do Fado para o efeito, não obstante a decisão favorável da UNESCO entretanto havida, prosseguimos com as tertúlias do Fado iniciadas em 2011, como forma de valorização e reconhecimento pela decisão daquela instância internacional.

No ano de 2012 foram realizadas as seguintes tertúlias:

- Santarém, 13 Janeiro
- Faro, 03 Fevereiro
- Setúbal, 02 Março
- Lisboa, 13 Abril

O processo culminou com a iniciativa **TRIBUTO DO FADO AO ASSOCIATIVISMO**, realizada em conjunto com a EGEAC/Museu do Fado, e a colaboração da VOZ DO OPERÁRIO, local de realização da iniciativa no dia 19 Maio, iniciativa brilhante, que contou com mais de 500 Dirigentes Associativos e convidados, atingindo uma dimensão que prestigiou a Confederação em particular, e o Movimento Associativo em geral.

7. Comunicação, informação e imagem

Nesta área, demos continuidade às várias formas de comunicação interna, através de mensagem de telemóvel (SMS), mensagens de correio electrónico (e-mails) e comunicação via telefone com regularidade com todos os membros dos Órgãos Sociais e das Estruturas Descentralizadas.

Regista-se que, em alguns casos, quer membros dos órgãos, quer das estruturas, não respondem às solicitações da Direcção nem cumprem com o mais elementar princípio de acusar a recepção das mensagens, obrigando os serviços da Confederação a vários contactos com custos acrescidos.

Foram disponibilizadas as actas da Direcção Executiva aos membros dos órgãos que as solicitaram, e da Direcção Nacional a todos os Dirigentes dos Órgãos Sociais.

Para além de uma regular informação aos órgãos e estruturas, a Confederação disponibilizou ainda um regular conjunto de informações às filiadas, sobretudo as que dispõem de correio electrónico (e-mail).

Verifica-se, contudo, que muita da informação que é produzida pela Confederação não chega à grande maioria dos DAVs, faltando a ligação entre estes últimos.

A falta de informação sobre a actividade da Confederação (projectos e propostas) leva a que certos DAVs se questionem: *“para que serve a Confederação?”* ou ainda *“O que é que ganhamos em estar filiados?”* Perante este facto, não obstante o esforço já desenvolvido, torna-se fundamental intensificar a informação e melhorar os métodos e técnicas utilizadas, com o objectivo de melhor informar e esclarecer os DAVs.

Foram produzidas e enviadas Notas à Comunicação Social em casos específicos, confirmando telefonicamente com as redacções a chegada da informação e, posteriormente, não obtivemos repercussão (feed-back) nos grandes meios de comunicação social, confirmando-se a tendência para um silenciamento deste importante sector - Movimento Associativo Popular.

Por outro lado, a Confederação não conseguiu criar os meios internos exclusivos, ao nível dos órgãos sociais da CPCCRD, mas também profissionais (Técnico de Comunicação) capazes de

ultrapassar esta barreira informativa, que só se consegue através de meios financeiros (orçamento para a comunicação institucional), técnicos e humanos disponíveis para criar e estabelecer uma verdadeira estratégia de comunicação.

Relativamente aos meios de comunicação social, que gravitam na Internet (on-line), os órgãos sociais em geral e a direcção em particular, não conseguiram criar sinergias para que pudessemos construir e produzir um programa de rádio e de televisão (a custo zero).

Por decisão da Direcção, após avaliada a relação custo/benefício, continuámos com a edição do ELO-2012 em formato digital, uma vez que o formato em papel se mostrava inoportuno do ponto de vista financeiro mesmo conscientes que este formato ainda não chega a todas as filiadas.

O Portal da Confederação manteve-se actualizado, procurando dar a conhecer as principais realizações da Confederação, das suas estruturas e filiadas. Deu-se início à construção de um novo Portal, com novos desafios e conteúdos importantes para os DAVs, de forma a refrescar a imagem, conceder uma maior diversidade de temas, um acesso e uma consulta mais prática. Regularmente, as filiadas solicitam a divulgação de iniciativas associativas que são veiculadas pela Confederação da forma mais ampla possível.

Nas páginas do Facebook e do Twitter, onde os seus conteúdos foram regularmente actualizados e disseminados, atingimos mais de quatro mil entidades e amigos, o que corresponde em média a quinze/vinte mil pessoas que vêm e partilham a informação da CPCCRD.

Por sua vez, o Projecto MAIS FUTURO, conheceu novos desenvolvimentos. Foi feito um esforço de divulgação e informação junto do MAP, para que as colectividades pudessem usufruir destes meios de comunicação na Internet (on-line). Este projecto contou com um notável investimento financeiro e empenhamento tecnológico da F3m.

Foram estabelecidos diversos contactos pela Confederação com todas as Câmara Municipais do País (308), no sentido de receberem a nossa parceira F3m, para apresentação do projecto, tendo correspondido cerca de oitenta Municípios. Apesar de terem manifestado a utilidade do projecto, apenas algumas o subscreveram, ficando claro que o processo burocrático dentro das autarquias é complexo e moroso.

Neste sentido, de forma a simplificar o processo, contactamos as nossas filiadas e as estruturas descentralizadas para que estas se empenhassem como colectividades pioneiras, aderindo ao Projecto de imediato o que muitas fizeram até finais de Setembro, tendo-se registado até ao final do ano 287 adesões, distribuídas por 76 concelhos, a uma média de 30 por mês, tendo sido abertas 5.000 páginas mês como uma média de 700 visitantes/mês. Foram alargados os campos de actividade regular.

8. Sustentabilidade financeira do movimento

Nos relatórios de actividades e orçamento que fomos apresentando ao longo do mandato de 2010/2013, sempre chamámos a atenção de toda a estrutura nacional que as traves mestras da sustentabilidade financeira eram prioritariamente a quotização, que para além de ser o suporte principal constitui um importante elo de ligação das estruturas às filiadas.

Não menos importantes são os contractos programas/projectos com o sector público, entidades privadas e cooperativas. Foi ainda necessário um rigoroso controlo das despesas, de forma a podermos cumprir com as nossas responsabilidades.

Apesar dum apertado controlo quase diário, as despesas não deixaram de crescer e as receitas de baixar. A crise económica e social, teve em 2012 um reflexo directo na nossa estrutura financeira e na relação receita/despesa. Logo no princípio do ano, antecipando o que se sabia que viria a acontecer, tomámos medidas adicionais que, sem atingirmos os objectivos plenos, serviram para equilibrar a balança do deve e haver.

A Direcção decidiu propor às Federações Distritais de Lisboa, Setúbal e Santarém assumir directamente o recebimento das quotizações, considerando que estas estruturas não tinham qualquer estrutura de cobrança e nos anos de 2010 e 2011 não tinham feito recebimentos às filiadas. O saldo foi claramente positivo, tendo em conta que em Lisboa, foram recebidos 11.313,81€, em Setúbal 7.774,41€ e em Santarém 5.141,18€. Esta experiência demonstrou que, as filiadas, desde que sejam contactadas com regularidade, apesar das dificuldades existentes, acabam por pagar não só as dividas vencidas como os valores actuais.

Mas se as receitas da quotização ficaram aquém do desejado, temos que ter a noção de que grande parte da responsabilidade cabe a algumas estruturas descentralizadas que não cumpriram (por dificuldades certamente) a tarefa como a situação exigia. Continuam a existir

estruturas que mais não fazem que reclamar créditos sem terem feito qualquer esforço de estruturação para a cobrança e, conseqüentemente, recebimentos, o que torna a nossa estrutura quase ingovernável, facto que se lamenta.

No final do ano, lançámos nova campanha, que foi aprovada no Conselho Nacional em 15 de Dezembro último. Sendo este relatório referente a 2012, esperamos e desejamos que todos compreendam a situação e façamos um esforço conjunto em nome do MAP até 31 Março 2013.

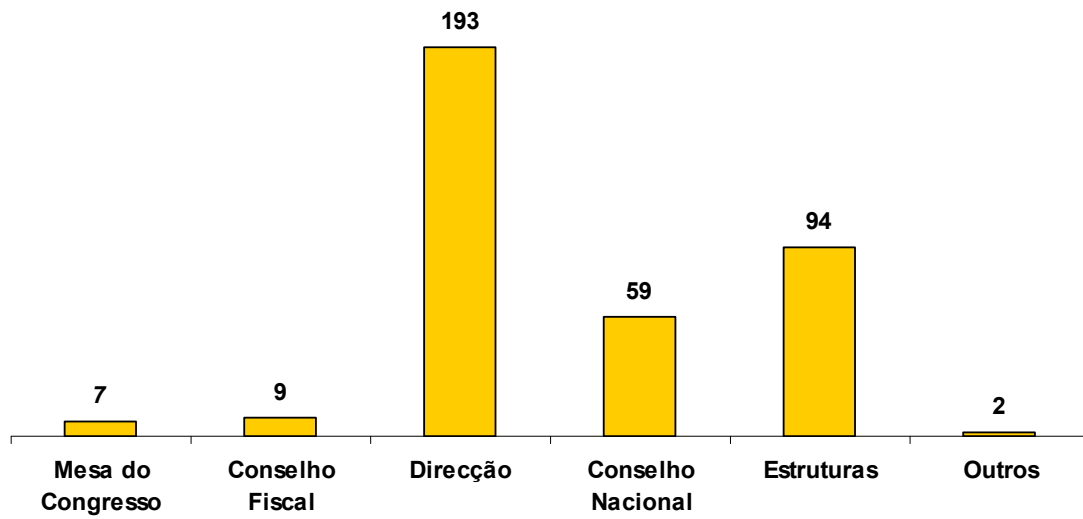
9. Representações

Durante o ano de 2012, recebemos 669 convites para representações associativas e estivemos em 364 (54,41%). Foi um ano em que se fizeram menos representações, também por razões de redução de custos, o que se lamenta, quando desde há vários anos alertamos e apelamos à valorização e interesse que estas têm para o MAP. Desde logo porque se trata de corresponder ao desejo dos nossos colegas em terem presentes um elemento da estrutura nacional, e depois, porque é nestas representações que melhor podemos transmitir ao nosso colectivo o que fazemos, o que pretendemos fazer, o que já fizemos, para que todos fiquem cientes do papel que desempenhamos na vida nacional, e que por isso mesmo estamos ali num acto de solidariedade, mas também de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por eles em prol dos associados e para o desenvolvimento da sua localidade.

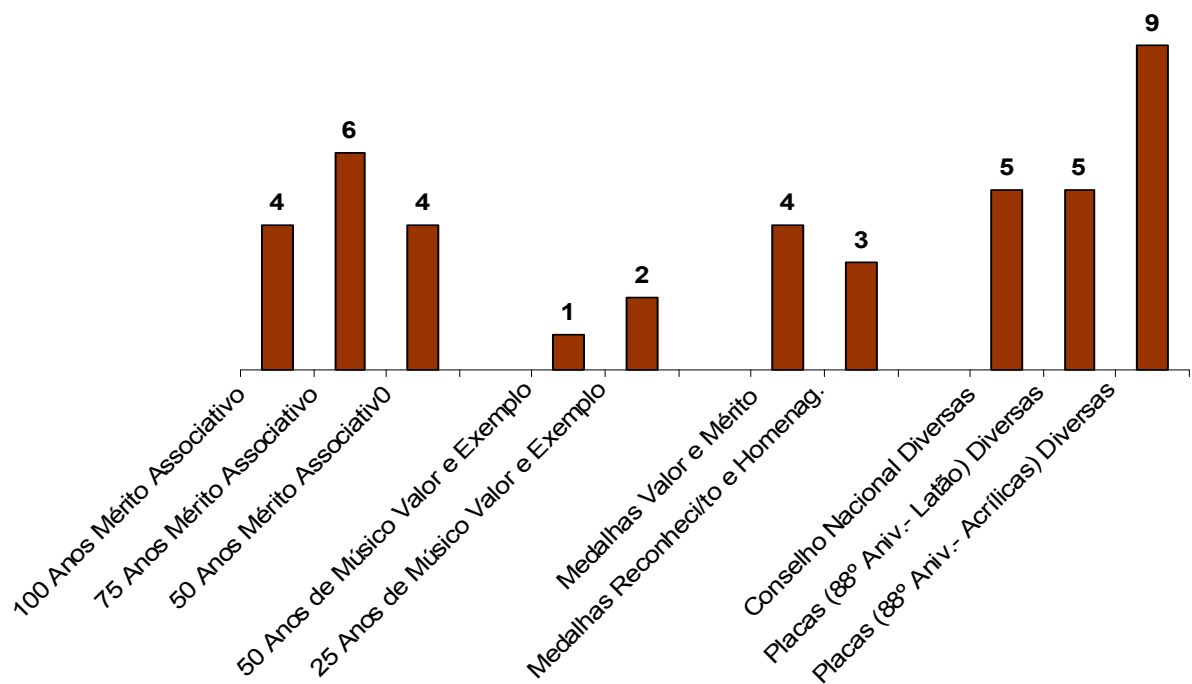
No Gráfico abaixo, podemos constatar da diversidade de situações que ocorreram em cada representação. Não temos valorizado em relatórios anteriores os diversos galardões que distribuámos, desta vez fazemo-lo, de forma a darmos conta das distinções e galardões atribuídos ao longo do ano.

Reconhecemos que não podemos corresponder a todos os convites, mas nem por isso deixámos de saudar o/a aniversariante enviando sempre uma saudação de estímulo e agradecimento no principio de cada mês. Todas as filiadas são saudadas pelo seu aniversário.

(Representações 2012)



(Medalhas)



10. Acção e Luta contra a Extinção de Freguesias

Convictos de que a extinção das 1.500 Freguesias previstas no projecto do Governo iria tornar ainda mais difícil a vida das Colectividades/Associações, atendendo a que as Juntas de Freguesia são o órgão de poder mais próximo e aquele que mais colabora com o Associativismo, a Confederação aliou-se à ANAFRE e às plataformas criadas em defesa das Freguesias, participando institucionalmente com uma delegação composta por dezenas de Dirigentes Associativos na histórica manifestação realizada em Lisboa no dia 31 Março.



Nessa enorme expressão de repúdio pelas intenções do Governo onde participaram Freguesias de todo o País, sobressaiu a presença massiva das Colectividades, que, com os seus Estandartes, Grupos, Ranchos, Bandas Filarmónicas e outras expressões culturais, trouxeram àquela acção de protesto a cor, a alegria e a festa, mas sobretudo o descontentamento sobre a nefasta tentativa governamental de reduzir drasticamente o Poder Autárquico, que, a par do Poder Associativo, são aqueles que, pela sua proximidade, mais afectos dispensam às populações locais.

A Confederação, através de diversos membros dos Órgãos Sociais, voltou a estar presente em nova acção de protesto promovida pela ANAFRE, no dia 21 de Dezembro junto ao Palácio de Belém.

11. Relações externas

No Plano de actividades para 2012, afirmávamos que o Movimento Associativo, particularmente as colectividades, não podiam viver fechados nas suas quatro paredes, isoladas do Mundo que as rodeia, das condições de vida dos seus filiados e populações do meio em que estão inseridas. Essa necessidade foi agudizada pela conjuntura nacional e internacional que colocou novas e mais graves dificuldades ao exercício do dirigismo e à actividade associativa. Perante esses factos e ou ameaças, os Órgãos Sociais da Confederação nomeadamente a Direcção, estiveram presentes em 190 eventos dos quais se destacam:

- Diversas acções públicas em defesa da Paz, em solidariedade com o Conselho Português para a Paz e Cooperação e outras instituições.
- Assembleia da Paz promovida pelo CPPC. (Outubro)
- Defesa da água pública, integrando a Comissão Promotora da Campanha Nacional e participando em diversas acções, nomeadamente a promoção da Iniciativa Legislativa de cidadãos.
- Comemoração Populares do 25 Abril em Lisboa e Porto tende participado na Comissão Organizadora em Lisboa.
- Defesa da Constituição da República de 1976 com a juventude do presente.
- Participação em iniciativas promovidas pela Fundação Portuguesa de Cardiologia, no âmbito da parceria existente.
- Conferência de Imprensa para apresentação das iniciativas integradas no Maio Mês do Coração.
- Participação com Jogos Tradicionais na iniciativa Maio Mês do Coração, promovida no Estádio Universitário nos dias 10,11,12 Maio.
- Conferência de Imprensa para apresentação das iniciativas do Dia Mundial do Coração (Outubro)
- Encontro/Convívio de voluntários (Dezembro)
- Participação no Conselho Geral da EGEAC (Janeiro)
- Participação na 17.ª Gala do Desporto promovida pela Confederação do Desporto de Portugal, na qual foi atribuído o Galardão “Premio Mérito Desportivo Personalidade do Ano 2012” ao Dirigente Associativo da ARMA, Júlio Oliveira (Novembro)

- Participação na Sessão Comemorativa do 103.º Aniversário do Comité Olímpico Português, na qual foi atribuído o Galardão de Medalha de Mérito ao Dirigente Associativo de Matos Cheirinhos, Vítor Silva (Novembro)
- Participação no Seminário “A Mulher e o Desporto” (Novembro)
- Participação em duas reuniões com a CGTP (Outubro e Dezembro)
- Participação em reunião com a ANAFRE sobre defesa das Freguesias (Março)
- Participação em reunião com a Plataforma em Defesa das Freguesias (Março)
- De forma institucional a Confederação participou com uma delegação nas manifestações promovidas pela ANAFRE em Defesa das Freguesias, em Março e Dezembro.
- Mantivemos contactos com o Conselho das Comunidades Portuguesas no âmbito do protocolo existente, propondo formas concretas para materialização do protocolo, mas sem êxito, devido às dificuldades patentes naquela estrutura representativa dos portugueses na diáspora, face à fragilidade imposta na sua organização e no seu funcionamento, colocando-se à Confederação a necessidade de adopção de outro modelo de ligação às Associações de Portugueses no Estrangeiro, que de forma embrionária começou já a ser desenvolvido por um Conselheiro, a que urge dar forma e consistência.

11. Dia Nacional das Colectividades e 88º aniversário

As comemorações do Dia Nacional das Colectividades e do aniversário da Confederação, constituem sempre um ponto alto da actividade associativa nacional. No ano de 2012, continuou-se a promover as comemorações de norte a sul, através da distribuição da saudação emitida pela Confederação. Nas comemorações das estruturas descentralizadas, os dirigentes da CPCCRD participaram e intervieram, colocando assuntos relacionados com a política associativa.

No âmbito das comemorações centrais promovidas pela Confederação para assinalar o 88º Aniversário e comemorar o Dia Nacional das Colectividades, realizamos um grande Encontro Nacional no Fórum Romeu Correia, na Cidade de Almada, no Distrito de Setúbal, sob o lema: “Mulheres e Jovens Dirigentes debatem futuro das Colectividades”.

A colaboração da Câmara de Almada, da Companhia de Teatro de Almada, das Colectividades e Associação das Colectividades do Concelho e dos DAVs locais, foi notável.

Conseguiu-se reunir um elevado número de Dirigentes Associativos e Autarcas, ouvir a actuação da Banda Filarmónica da Incrível Almadense e organizados em quatro painéis, debater:

- As “Mulheres e Jovens no Associativismo”,
- O “Desporto para todos (as)!”
- “A Constituição da República de 1976 e as Políticas Públicas para a igualdade e para a Juventude no meio Associativo”,
- Ser social com direitos!

Foi apresentado o livro “Manual do Dirigente Associativo – Cem Perguntas, Cem respostas”, de Maria João Santos e de Sérgio Pratas, seguindo-se a Sessão Solene do 88º Aniversário da Confederação e Dia Nacional das Colectividades.

Na Sessão Solene foram feitas distinções e entregues galardões a um vasto conjunto de entidades e personalidades do movimento associativo, autárquico e comunicação social, das quais se destacam: Rádio Amália, Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Câmara Municipal da Batalha, Empresa Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC), D. Aurora Gil, da Sociedade Musical Recreativa União Setubalense, José Adelino da Luz Sales, do Rancho Folclórico, do Grupo de Cantares da Santa Casa da Misericórdia da Lousã, do Grupo de Dança da Escola Secundária da Lousã e do Rancho Folclórico Flores de Serpins, Aldina Ramos Nunes, do Grupo de Teatro “Passagem de Nível”, Amadora, José Adelino das Neves do Clube Académico das Gândaras, de Coimbra, Nicolau dos Santos Fonseca, da Banda da Sociedade União Alhadense, Concelho da Figueira da Foz.

No âmbito do “Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações”, foram atribuídos galardões aos colegas Zita Caetano do Rancho Folclórico da Casa da Pampilhosa da Serra, Lisboa, Fernando Fernandes Duarte da filiada Vai Avante de Gondomar e Mário Araújo, da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, Almada.

12. Ano europeu do envelhecimento activo e da solidariedade entre gerações

No que respeita a esta iniciativa, pode considerar-se que se ficou bastante aquém do que era previsto. Desde logo, porque ao contrário do que tinha acontecido com o Ano Europeu do

Voluntariado em que integrámos a Comissão Nacional de Acompanhamento com um Comissário Nacional, neste caso não fomos integrados, tendo apenas sido auscultados no início do ano numa reunião meramente exploratória, onde foram desde logo manifestadas as dificuldades de concretização dos objectivos, por falta de meios.

Nas iniciativas que realizámos e para as quais solicitámos a presença de membros da Comissão, nunca fomos atendidos. Não houve materiais de promoção e divulgação do AEEA, nem fomos solicitados a participações pontuais.

As iniciativas em que participámos foram apenas no âmbito da Confederação Portuguesa do Voluntariado e na alusão em casos pontuais de representação da Confederação em Sessões Solenes e nas comemorações do Dia Nacional das Colectividades, em Junho, em Almada.

Temos consciência que grande parte da nossa actividade associativa é feita por dirigentes e activistas seniores e que, pelas suas características, as nossas actividades associativas são partilhadas entre várias gerações como são os casos das bandas, dos ranchos folclóricos, do teatro, entre outras. Esta é para nós a forma mais genuína e real de comemorar o Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações.

13. Organização Interna e Recursos Humanos

Área administrativa e estatística

Alicerçados no respeito pelos direitos das trabalhadoras prosseguiu-se o estabelecimento de uma relação de trabalho assente na cooperação, fraternidade e solidariedade mútuas com as funcionárias e colaboradores, condição fundamental para podermos responder ao aumento e à eficácia do serviço, tanto na qualidade como na especificidade. A relação de trabalho existente entre a Direcção e as funcionárias permitiu a estas exteriorizarem o zelo e o profissionalismo de que são possuidoras.

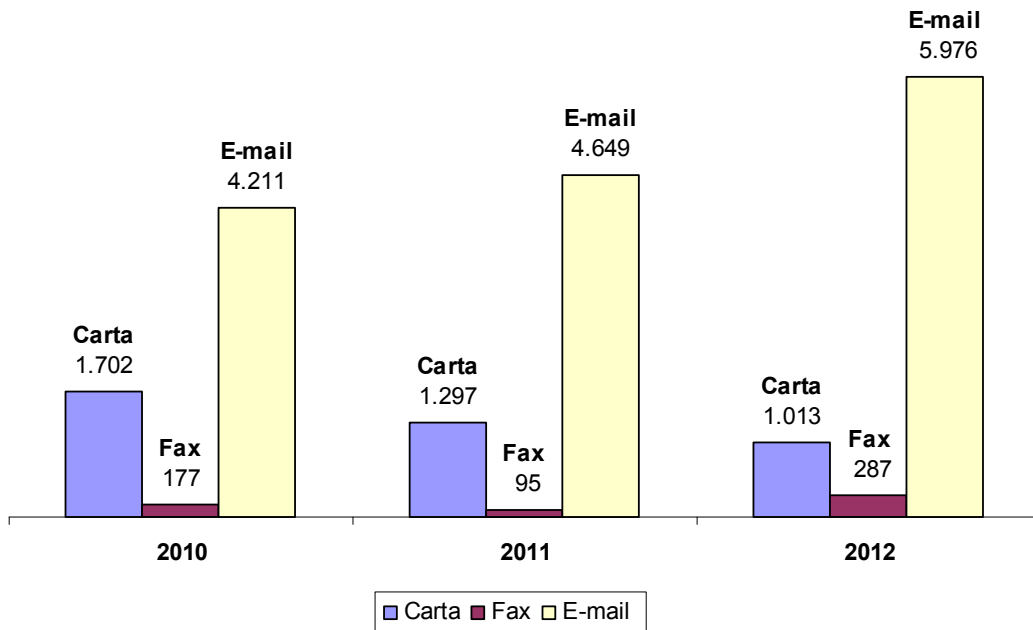
Essa demonstração de capacidade realçou-se também pelo facto de a sua principal ferramenta de trabalho diário (Computadores) não corresponderem já às exigências sobretudo pela sua antiguidade e desgaste, com a correspondente falta de resposta.

Mantivemos o trabalho de recolha e sistematização de dados das associadas, assente nos Relatórios, Planos de Actividade, Contas de Gerência e Relação dos Órgãos Sociais que nos são enviados, o que nos permite hoje dispor de dados estatísticos para desenvolvimento do

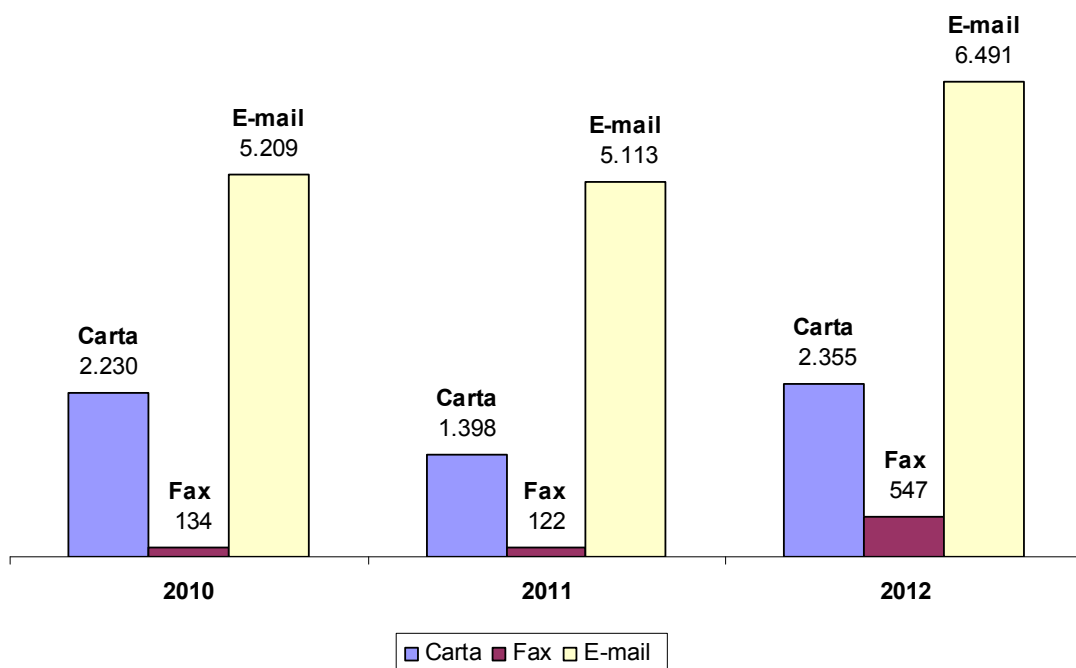
trabalho científico necessário face ao nível de representatividade que a Confederação hoje possui.

Os dados estatísticos 2010/2011/2012 permitem-nos ter uma ideia da evolução nestes últimos três anos e assim percebermos a importância do trabalho administrativo no plano associativo.

(Correspondência Recebida)



(Correspondência Expedida)



Área Jurídica

As necessidades de interpretação e de aplicação da legislação aplicável às Colectividades e a onda burocrática que no ano corrente lhes foi imposta pelo Governo, gerou necessidades de intervenção e aconselhamentos jurídicos, aos quais o departamento jurídico respondeu, sempre em tempo útil. Nesse âmbito foram registados os números que se encontram no gráfico abaixo.

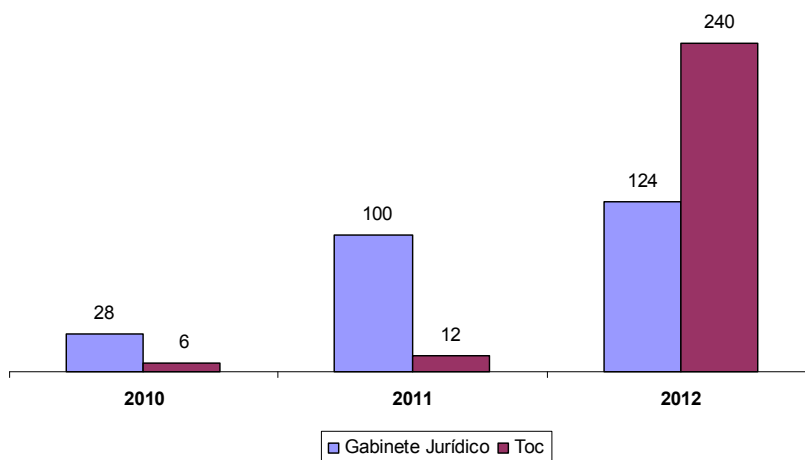
De referir também nesta área, os esclarecimentos que quase diariamente a Direcção presta por via telefónica ou por E-mail, quando os assuntos colocados assim o permitem.

Área da Gestão, Contabilidade e Fiscalidade

Considerando as dificuldades financeiras das associadas e as crescentes necessidades de cumprimento das obrigações fiscais, foi criado na Confederação o Gabinete de Gestão, Contabilidade e Fiscalidade, tendo como objectivo assegurar a contabilidade e as relações das associadas com as Finanças, com custos bastante reduzidos, comparativamente com os praticados no mercado. Não obstante a regular difusão deste serviço, o número de aderentes não correspondeu às expectativas criadas, notando-se porém nos últimos meses do ano um crescente interesse por este serviço por parte das associadas. O actual número de Colectividades aderentes a este serviço, é de nove filiadas.

Prosseguiu-se com o atendimento pelo nosso técnico de contas, o qual registou um aumento exponencial como se pode verificar no quadro abaixo.

(Pareceres e Audiências)



14. Preparação do processo eleitoral

Em cumprimento dos Estatutos e de acordo com o que estava estabelecido no PAO.2012, a Direcção, em cooperação com os restantes órgãos sociais, deu início ao processo eleitoral a partir de Setembro, tendo realizado plenários descentralizados no Porto, Coimbra, Lisboa e Beja, abrangendo todos os membros dos órgãos sociais, estruturas descentralizadas e colectividades Elo de todas as regiões. No seu conjunto, participaram mais de 100 dirigentes.

O objectivo foi a recolha de opiniões sobre o balanço de mandato, disponibilidades dos actuais eleitos, sugestões de nomes para a futura lista e propostas para o Programa de Acção. No fundamental, nesta auscultação colectiva descentralizada, o balanço do mandato foi considerado positivo, tendo sido reconhecido o esforço da Direcção e o fraco desempenho de alguns membros do CN que se impõe sejam substituídos.

Foi ainda feita uma segunda auscultação (reservada) via Internet onde cada um pode colocar a sua opinião e sugestão de trabalho futuro. No conjunto das duas auscultações, resultaram várias propostas de nomes e de sugestões para o Programa de Acção, bem como um conjunto de critérios para a composição da lista que foram discutidos e ratificados pelo CN de 15 de Dezembro em Fátima/Ourém. Neste CN, foi igualmente estabelecido o calendário do processo eleitoral, designando o dia 6 de Abril de 2013 para a realização do Congresso Eleitoral. A Direcção e a Mesa do Congresso, com a colaboração do Conselho Fiscal, apresentarão uma proposta de Lista e de Programa de Acção ao CN de 2 de Março.

15. Notas finais

Muito se poderia acrescentar em termos de notas finais. Contudo, desejamos apenas lembrar como seria impossível desempenhar as tarefas associativas sem a colaboração de todos os colegas que, de norte a sul se disponibilizam para ajudar a Direcção.

O facto do nosso Presidente da Mesa do Congresso se ter deslocado de Vila Nova de Gaia a Lisboa para uma reunião com o Presidente do Conselho Económico e Social, acompanhando a Direcção, é um bom exemplo da cooperação institucional associativa que existe entre os vários órgãos.

Por sua vez, o Presidente do Conselho Fiscal e os seus membros, sempre mostraram disponibilidade para representações e colaborações mais pontuais sem perderem de vista o seu papel fiscalizador dos actos da Direcção. Este é mais um bom exemplo da cooperação institucional que se deseja.

Por fim, destacamos a cooperação dos técnicos (Contas e Jurista), a senhora da Limpeza e as Funcionárias Administrativas. São estes elementos que, com dirigentes presentes ou ausentes, dão continuidade ao trabalho da Direcção e dos restantes órgãos, informam e esclarecem centenas ou mesmo milhares de dúvidas que vão surgindo aos DAVs ao longo do tempo.

Somos uma equipa que, pelos afectos e pelos objectivos, vamos construindo uma Confederação digna desse nome – a Confederação Portuguesa Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.